

Parecer nº 203/99

Data: 1999.11.24

Processo nº 720

Requerente: J. B. César, Director do Semanário *Transmontano*

Requerido: Comandante Distrital de Vila Real da PSP

1. J. B. César, na qualidade de Director do semanário *Transmontano*, com sede em Chaves, solicitou ao Senhor Comandante Distrital de Vila Real da Polícia de Segurança Pública informação sobre:

- Quantos operadores do 115 havia em Chaves desde Outubro de 1995 até Março de 1997;
- Quais os seus nomes;
- Quanto auferiam por mês.

Na carta de 24/9/99 em que formulou esse pedido invocou quer a finalidade de elaborar uma notícia que considerava de interesse público quer algumas disposições da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, conhecida pela sigla LADA), e da Lei nº 1/99, de 13 de Janeiro (o Estatuto do Jornalista).

2. Por ofício datado de 26/10/99, o Senhor Comandante Distrital de Vila Real da Polícia de Segurança Pública respondeu:

- Desde Outubro de 1995 a Março de 1997 foram 4 agentes que permanentemente prestaram serviço na Central de Emergência da Secção Policial de Chaves.
- De Outubro a Dezembro de 1995 receberam mensalmente 12.000\$00.
- De Janeiro de 1996 a Março de 1997 passaram a receber 15.000\$00.
- Aqueles valores foram liquidados pelo Conselho Administrativo deste Comando aos agentes que ali prestavam serviço, em conformidade com a indicação prévia do Senhor Comandante da Secção Policial de Chaves.

3. Por carta datada de 5/11/99 e aqui recebida no subsequente dia 8, J. B. César, invocando os artigos 15º e 16º da LADA, queixou-se a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) de não ter visto respondida a parte – alínea *b*) – do seu requerimento em que perguntava **os nomes** dos agentes que, de Outubro de 1995 a Março de 1997, prestaram serviço na Central de Emergência da Secção Policial de Chaves.
4. Porque a tal nada obsta, cumpre apreciar esta queixa, tendo presentes as disposições da LADA, na redacção actual, após as alterações introduzidas pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.
5. É doutrina uniforme da CADA que “o nome – que constitui um dos mais importantes meios de afirmação da individualidade da pessoa – não pode ser considerado abrangido pela reserva da intimidade da vida privada, porque para além de servir para que o titular afirme a sua identidade, visa também permitir aos outros identificar a pessoa a quem ele se refere” (cf. seu Parecer nº 10/97, *in* 3º Relatório de Actividades, Ano 1997, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, também disponível na INTERNET através do *site* – www.cada.pt).

O documento ou documentos de onde constem os nomes dos agentes que, de Outubro de 1995 a Março de 1997, prestaram serviço na Central de Emergência da Secção Policial de Chaves não são, por esse facto, documentos nominativos, na acepção do artigo 4º, nº 1, alínea *b*), da LADA, por tais nomes não serem, na circunstância, de caracterizar como dados pessoais, na acepção da alínea *c*) do nº 1 do mesmo artigo 4º. Por isso a informação assim pretendida pelo ora queixoso é de livre acesso por qualquer pessoa, sem necessidade de ser invocado um interesse ou uma finalidade (cf. artigos 7º, nºs 1 e 2, da LADA).

6. Se o(s) documento(s) de onde conste a pretendida informação contiver(em) outros dados de caracterizar como pessoais (*informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor, ou que*

sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada), a entidade requerida deverá observar o disposto no nº 6 do artigo 7º da LADA, designadamente prestando essa informação através de ofício, como fez na sua resposta de 26/10/99, em vez de entregar fotocópia de todo o documento.

7. A conclusão a extrair do exposto não podia deixar de ser senão a da procedência da queixa. Porém, notificado de que esta seria apreciada na presente sessão da CADA, o Senhor Comandante Distrital de Vila Real da Polícia de Segurança Pública decidiu satisfazer a pretensão do queixoso, conforme ofício aqui recebido ontem por telecópia acompanhado de cópia dessa informação que dirigira ao mesmo queixoso, por se ter convencido da improcedência das suas anteriores reservas quanto à legalidade de divulgação dos nomes dos agentes em questão. Por isso delibera-se arquivar o processo e determina-se se enviem cópias ao queixoso e à entidade requerida.

Aprovado na sessão da CADA de 24 de Novembro de 1999.

Narana Coissoró (Relator) – João Figueiredo – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)